

A vida como ela é/pode ser/deve ser? O programa *Aqui Agora* e cidadania no Brasil

Vicki Mayer*

Resumo

Este artigo investiga a maneira pela qual brasileiros da classe trabalhadora utilizaram o programa popular *Aqui Agora*, transmitido pelo SBT nos anos 90, para articular o significado da cidadania em um período pós-transição democrática. O artigo apresenta um estudo de recepção do programa a partir de entrevistas realizadas com moradores da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Aqui Agora*; televisão realidade; públicos; cidadania.

Resumen

Este artículo investiga las maneras en las cuales brasileños de la clase obrera usan *Aqui Agora*, un programa popular de televisión que se presentó en la cadena SBT en los 90s, para articular significados de ciudadanía durante el periodo transicional post-democrático. Este artículo constituye un estudio de la recepción basado en entrevistas realizadas con residentes de la Baixada Fluminense en Rio de Janeiro.

Palabras-clave: *Aqui Agora*; televisión realidad; públicos; ciudadanía.

Abstract

This article investigates the ways in which working-class Brazilians utilize *Aqui Agora*, a popular program on the SBT network in the 90s, to articulate citizenship meanings in the post-democratic transitional pe-

* Professora de Comunicação em Tulane University, New Orleans, Louisiana. Trabalha nas áreas de economia política, recepção e estudos de produção. Seu novo projeto trata da produção de aparelhos de televisão digital em Manaus. Comentários sobre este trabalho são bem vindos. Obrigada à Dr. Mauro Porto, Aaron Lorenz e o Stone Center for Latin American Studies at Tulane por tanta assistência. E-mail: vmayer@tulane.edu

riod. This article presents a reception study based on interviews conducted with residents from the Baixada Fluminense in Rio de Janeiro.

Keywords: *Aqui Agora*; reality show; audience; citizenship.

A expansão da democracia e o consumo de novos gêneros do tipo “programa de realidade” (*reality show*) são dois fenômenos que a princípio parecem completamente separados. Decerto, estabelecer qualquer relação causal entre os dois não teria mérito. Entretanto, durante os anos 90, um grande número de brasileiros da classe trabalhadora em áreas urbanas experimentou esses dois fenômenos através de um programa de televisão popular que procurava divertir e informar. Este ensaio explora como esse público usou o programa *Aqui Agora* para conversar sobre a política de seu país.

Os anos 90 foram uma época importante no desenvolvimento da democracia brasileira. Identificado por O’Donnell (1994) como uma “segunda transição”, este período sucedeu a fase da transição democrática que começou com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1985, com a posse de José Sarney, e que terminou em 1992 com o pacífico impeachment do presidente eleito, Fernando Collor. Após mais de duas décadas de ditadura militar (1964-1985) pesquisadores brasileiros examinaram as transições subseqüentes que buscaram estabelecer as instituições democráticas formais e redefinir as formas de articulação da cidadania na vida cotidiana dos cidadãos (FAUSTO, 1999; LAMOUNIER, 1990; STEPAN, 1989). O papel da imprensa foi particularmente interessante na formação do novo cidadão dos anos 90, pós-transição. Antes e depois da transição, o predomínio das notícias do *Jornal Nacional*, da TV Globo, estimulou o desenvolvimento de estudos comparativos sobre o papel da TV e dos jornais diários na definição da agenda da elite e dos líderes de opinião¹. O impacto de outros tipos de programas noticiosos não foi considerado durante este período, particularmente aqueles cujo alvo era a classe trabalhadora. Estes programas “noticiosos” foram ignorados pelos cientistas políticos que estudavam a cidadania da nova democracia do país.

Contudo, para os milhões de espectadores que preferiam o sensacionalista *Aqui Agora* ao *Jornal Nacional*, o programa podia ser tão útil quanto as notícias tradicionais. Este artigo examina o *Aqui Agora* como

um programa de realidade que coincide com o desenvolvimento da democracia brasileira no período “pós-transição”, quando cidadãos podiam questionar abertamente seu papel em relação ao Estado. Entrevistas com telespectadores da classe trabalhadora revelam não somente uma consciência sobre a importância política do programa, mas também sobre sua capacidade de mostrar como o Estado funciona ou deveria funcionar. Apesar de o programa não ter criado cidadãos, *Aqui Agora* serviu como mediador entre posições específicas e práticas, onde telespectadores da classe trabalhadora discutiam noções da sua própria cidadania. Portanto, este artigo busca preencher uma lacuna nos estudos sobre a recente democracia brasileira, período em que um “programa de realidade” contribuiu para estimular diálogos públicos sobre cidadania.

Um “programa de realidade” no Brasil

Para milhões de telespectadores, aproximadamente 25 milhões em 1993 (EPSTEIN, 1993), *Aqui Agora* foi uma importante fonte de notícias entre 1991 e 1997. Começando às 18 horas, o programa de duas horas representou uma tentativa do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) de concorrer com o *Jornal Nacional*. “O primeiro telejornal popular da TV brasileira com notícias de vida real e não de gabinetes,” de acordo com o diretor executivo da emissora, Albino Castro (JORNAL DO BRASIL, 1991). Repleto de notícias curtas, acidentes de carro e reconstituição de crimes hediondos, *Aqui Agora* pode ser entendido como representante do gênero “programa de realidade” que contribuiu para consolidar o noticiário de tipo sensacionalista em vários mercados internacionais (KILBORN, 1994). Como outros programas do mesmo gênero, *Aqui Agora* provocou críticas. O telejornal popular foi apresentado como um exemplo do “denominador mais baixo” da programação da televisão e como uma ferramenta da direita política. Entretanto, a singularidade do *Aqui Agora* dentro do seu contexto histórico e sócio-político merece consideração mais profunda. Em especial, é preciso investigar a forma como seu público, na maioria pertencente à classe trabalhadora, recebia os discursos populistas e autoritários do programa.

A estética da “realidade”

O lema promocional do *Aqui Agora*, “a vida como ela é”, tem relação tanto com o desenvolvimento histórico dos programas noticiosos do tipo sensacionalista, como com a proliferação global dos “programas de realidade”. Noticiários no formato sensacionalista não constituíam, todavia, uma novidade. Estórias publicadas em série, seguidas tanto por jornais sensacionalistas como por dramas policiais no rádio, frequentemente utilizavam contos excitantes sobre crimes e desastres para promover soluções morais para os dilemas enfrentados por pessoas comuns no contexto da vida urbana cotidiana (ARGOLO, 1994; COUTINHO, 1995; LUYTEN, 1992; PORTÃO, 1980). O rádio, em particular, utilizou a estrutura comercial da mídia para incentivar a antecipação do público quanto à narrativa da notícia e para investir emocionalmente no desfecho da história (LOPES, 1991). Portanto, “a vida”, no lema do programa, referencia especificamente às vidas dos membros da classe trabalhadora, tanto nas variações de experiências que o programa mostra, como na estrutura emocional em que é narrada sua exposição. Desta forma, o *Aqui Agora* fez parte de uma longa trajetória da mídia concebida para o consumo da classe trabalhadora.

O ponto diferencial do *Aqui Agora* foi o estilo televisual e a lógica industrial que o inseriu no gênero global de programas de realidade. A televisão realidade enfatizou o “realmente”, que autenticava o valor do real nas representações feitas pelo *Aqui e Agora* da vida da classe trabalhadora. Como seu antecedente argentino, *Nueve Diario*, e outros sensacionalistas do fim do século XX, *Aqui Agora* teceu a realidade a partir de ângulos de câmera característicos do gênero *cinéma vérité*, narrativas melodramáticas e excesso estético – todos empacotados dentro de uma série rápida de clipes de revista. O programa começava com um refrão musical em alto volume e o título “*Aqui Agora*” carimbado em um fundo vermelho, como uma encomenda oficial que acabara de chegar no aparelho de televisão do telespectador. Obedecendo às regras do gênero, *Aqui Agora* freqüentemente mostrava clipes de vídeos espontâneos misturados com reconstruções dramáticas de crimes, todos ilustrados com gráficos espalhafatosos (KILBORN, 1994, p. 423). Câmeras trêmulas e a proximidade com os assuntos tratados garantiram a autenti-

cidade das histórias que, além disso, seguiam roteiros narrativos tradicionais de filmes. Mais frequentemente, a polícia e outras autoridades patrulhavam as alcovas perigosas da sociedade para caçar as ameaças e proteger as vítimas. O narrador/repórter e a câmera se identificavam às vezes com a polícia, outras vezes com as vítimas (que eram interpelados como “nós”). A música de suspense e a narração dramática emprestavam um elemento irreal ao gênero, envolvendo a audiência em um excesso emocional.

Aqui Agora criou um “estilo vivo” que pretendia oferecer a seu público um pouco de tudo em uma estrutura narrativa fechada (CALDWELL, 1995, p. 223). Ao mesmo tempo, o programa era parte da estratégia do SBT para manter o mercado de telespectadores composto pela classe média baixa e pela classe trabalhadora distante do gigante televisual, TV Globo, que até 1988 detinha o quase completo monopólio sobre o público televisual (SINCLAIR, 1999, p. 70). Albino Castro utilizou dados do IBOPE para demonstrar que os telespectadores da classe trabalhadora pensavam que o formato tradicional das notícias da TV Globo era elitista, enfatizando mais assuntos europeus e a classe política do que os assuntos do cotidiano brasileiro (FOLHA DE S. PAULO, 1991). Portanto, histórias de crimes apresentados por Gil Gomes e Wagner Montes ocupavam um lugar de destaque no programa, mas não a ponto de excluir outras notícias que podiam interessar a outros telespectadores. Repórteres como Celso Russomano e Magdalena Bonfiglioli, por exemplo, também ganharam fama no programa narrando histórias sobre direitos do consumidor e da criança, respectivamente. Com uma faixa larga de público em termos de idade, *Aqui Agora* juntou o estilo jornalístico de sensacionalismo com pequenas reportagens divertidas, chegando até a cobrir a chegada dos novos animais no zoológico para o grande público abaixo dos 14 anos de idade. Um comunicado interno do *Aqui Agora* escrito em meados dos anos 90 confirmou:

A característica definidora do show é o uso da emoção (...). O objetivo da nossa audiência é ser entretida e ser informada. Não é suficiente ter informações precisas, corretas, especialmente se forem dadas de uma forma desinteressante ou pouco atraente. O noticiário é um show e o show é o objetivo do programa (SBT, p. 1).

Seja cobrindo crime passionai ou de “gula” empresarial, os repórteres do *Aqui Agora* promoviam uma narrativa e imagens dramáticas que transmitiam energia emocional e um forte valor simbólico. “A emoção que o *Aqui Agora* deseja não será estimulada com a exibição de corpos ou manchas de sangue, mas através da estória que gerou aquela situação”, o comunicado continuava (SBT, p. 7). Segundo uma das repórteres do programa, Elisa Nunes (1995), o *Aqui Agora* procurava ser sensacional e popular, mas não sensacionalista e “popularesco” – uma distinção que identificava o programa com seu desejado público de base².

Combinando estéticas e transgredindo as fronteiras entre “as” notícias e “um” programa, os defensores de gêneros noticiosos tradicionais ficaram escandalizados com o programa. Apesar de a revista francesa *Actuel* denominar o *Aqui Agora* como “vanguarda da televisão lixo” (FOLHA DE S. PAULO, 1993, p. 6), a definição apresentada pelo artigo formalmente categorizava o programa como parte da categoria “televisão lixo” (KELLER, 1993). Descrito até como o “campeão das aberrações” (SÁ, 1993) ou como “um circo que perpetua o atraso cultural e a alienação do povo” (BUCCI, 1991), muitos críticos denunciaram a falta de realismo do programa. Entretanto, dois críticos simpatizantes categorizaram o programa como “Cinema Novo adaptado à televisão”, em lugar de simplesmente qualificá-lo como um programa popular de notícias (BENTES, 1992; RODRIGUES, 1993).

Mesmo enquanto o programa passava por várias mudanças de estilo no decorrer dos anos, ele acabou se transformando em um gerador de mitos culturais que, de acordo com Roberto Ramos (1998, p. 117), mostrava a “irresponsabilidade narcisista” de uma sociedade enfocada em suas fantasias sado-masoquistas. Apesar disto ser verdade, a questão para muitos pesquisadores transformou-se em: o que a popularidade do *Aqui Agora* significava politicamente?

Contexto político

Apesar da diversidade de “programas de realidade”, críticos de mídia e de televisão normalmente têm procurado no contexto político o fundamento para a proliferação da televisão realidade. Por exemplo, seria

difícil ignorar que um dos primeiros programas de realidade americano, o *America's Most Wanted*, narrava histórias de desintegração e perigo familiar ao mesmo tempo em que o "Reaganismo" promovia uma política pública que privilegiava famílias nucleares tradicionais (WILLIAMS, 1993). Baseado em uma análise de Foucault sobre o poder e o castigo, pesquisadores comparavam os primeiros programas de realidade a lendas urbanas que aumentavam o sentido de perigo moderno para criar um clima favorável a uma política institucional de controle social repressiva, como as que aumentavam a autoridade e a vigilância policial (CAVENDER, BOND-MAUPIN, 1993; GRANT, 1992). Ao elevar o poder da polícia para a função tripla de defensor da lei, juiz e jurado, programas de realidade policial também deslegitimavam o sistema jurídico e as leis universais fundamentada nos ideais weberianos de lógica e justiça (GRANT, 1992). Portanto, os críticos dos programas de realidade americanos argumentaram que a falsa representação da realidade promovida pelo gênero servia a uma agenda social conservadora, apoiando o estabelecimento de um Estado policial autoritário baseado em noções de justiça informais e desiguais.

No Brasil, acadêmicos começaram a reconhecer a importância do *Aqui Agora* em termos de política nacional e na cultura política quando dois dos mais populares repórteres do programa se elegeram em 1992 e 1994 (DALLARI, 1994; FOLHA DE S. PAULO, 1992). Decerto, a audiência alcançada pelo *Aqui Agora* também fazia parte no novo eleitorado democrático, cujos votos potencialmente contavam tanto quanto os votos da elite tradicional. Apesar da derrota eleitoral do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, na eleição presidencial de 1989, a cidadania mudou de significado para toda uma classe operária³. Holston e Caldeira (1998, p. 268) explicam: "pela primeira vez na história brasileira, membros da classe operária se constituíram como sujeitos políticos sem a mediação dos líderes das elites." Outros candidatos da classe trabalhadora ganharam eleições no Rio de Janeiro e em São Paulo. Representantes de grupos operários contribuíram de forma importante na elaboração da Constituição de 1988 que assegurou vários direitos sociais, tais como salário mínimo e plano de saúde. Movimentos sociais procuravam meios legais para garantir di-

reitos econômicos, ao mesmo tempo em que preservavam diferenças culturais (HOLSTON, CALDEIRA, 1998, p. 283). O reconhecimento da importância dos cidadãos da classe trabalhadora até apareceu no uso semântico da palavra “cidadão”. Antigamente usada de forma pejorativa para identificar um desconhecido, como durante a ditadura militar, “cidadão” terminou designando uma categoria positiva para amigos e vizinhos.

Mesmo antes do sucesso nas urnas, *Aqui Agora* e seus repórteres enfatizavam de outras maneiras o significado positivo de uma cidadania ativa da classe trabalhadora. Lopez Prieto realizou talvez o único estudo etnográfico sobre o *Aqui Agora* e sua produção. Ela concluiu que o programa procurava, desde o início, ser “de utilidade pública [...] a solução para quem precisa de ajuda e um incentivo, uma possibilidade para os telespectadores ajudarem, serem solidários” (LOPEZ PRIETO, 1992, p. 57), nas palavras do diretor de jornalismo do SBT, Marcos Wilson.

O programa solicitava chamadas pelo telefone e por cartas dos telespectadores que desejassem denunciar atos criminosos no nível federal, estadual ou local. Para o repórter Sérgio Frias, a solicitação de denúncias em si era importante; depois do regime militar muitas pessoas da classe trabalhadora temiam chamar a polícia, de maneira que o *Aqui Agora* funcionou como um mediador no processo de incentivar os cidadãos a assumirem um papel ativo e chamar por justiça (LOPEZ PRIETO, 1992, p. 91).

No escritório principal do *Aqui Agora* em São Paulo, a equipe do programa gravava todas as denúncias em um computador central. Desta forma os repórteres podiam retirar idéias para matérias e dicas para investigações (LOPEZ PRIETO, 1992, p. 9). Apesar de os repórteres não investigarem todas as denúncias que chegaram a milhares só no primeiro ano, eles selecionavam histórias que ilustravam a aplicação dos códigos civil e criminal para o povo comum. “O carro da reportagem se transforma num verdadeiro laboratório jurídico,” segundo Russomano, um dos repórteres mais tarde eleito senador (LOPEZ PRIETO, 1992, p. 60). Na transformação da imprensa em um organismo que assumia um papel ativo na explicação da lei ao povo, Lopez Prieto conclui que *Aqui Agora* era uma fonte de notícia eficaz para brasileiros que quereri-

am se sentir representados, mas que se sentiam excluídos pelas intuições jurídicas do Estado.

Por trás dos seus alvos altruístas, porém, pesquisadores questionavam os motivos políticos de um programa que tomava partido tão freqüentemente a favor da polícia e dos seus mecanismos. Rondelli (1994-1995) escreveu que o *Aqui Agora* dividiu os brasileiros de forma prejudicial entre polícias, criminosos e vítimas, encorajando os telespectadores a simpatizarem com a polícia ou assumirem o arriscado papel de vítima. No processo de tomar o lugar das cortes judiciais, *Aqui Agora* legitimava mais ainda a autoridade policial como o mais importante braço do poder estatal e a autoridade moral no combate da violência na sociedade brasileira. O perigo do autoritarismo, ou pior, de um estado policial governado pela violência, permitia a leitura de Rondelli sobre a perspectiva política do programa. Talvez o exemplo mais claro dessa estratégia potencial seja as campanhas explícitas a favor de candidatos conservadores que apoiavam a pena de morte nas eleições para governador de São Paulo em 1986, iniciadas em um dos antecedentes do *Aqui Agora* no rádio por um dos seus mais conhecidos repórteres, Gil Gomes (COSTA, 1992, p. 70-72). Entretanto, a maioria do público não prestava atenção à campanha (COSTA, 1992, p. 74-77), o que chamou a atenção dos pesquisadores que analisavam a linha política do novo programa sensacionalista.

Apesar de toda a crítica sobre a política conservadora do programa, *Aqui Agora* não contava uma só história sobre a política brasileira para o seu público. De fato, o programa abriu vários caminhos na sociedade civil para a definição da democracia e da cidadania. Enquanto algumas dessas fantasias visualizavam a sociedade brasileira de maneira positiva, outras eram profundamente “dystopic”, imaginando a democracia como algo incongruente com a realidade social. Portanto, os comentários dos entrevistados podem ser lidos como parte de um sonho coletivo que imaginava não a “vida como ela realmente é”, mas “a vida como ela deveria ser” para indivíduos que buscavam compreender seu próprio papel como parte do público brasileiro.

Interpretações populares do *Aqui Agora*: estudo e métodos

Mais de 30 entrevistas, conduzidas entre junho e agosto de 1994, compõem minha análise de como o público alvo do *Aqui Agora* participava de discussões sobre o programa. A pesquisa foi realizada na Baixada Fluminense, formada por um grupo de cidades e bairros localizados no subúrbio do Rio de Janeiro. Foram feitas curtas entrevistas com telespectadores que encontrei durante eventos comunitários ou batendo nas portas das suas residências. Na Baixada, viajei com um grupo de ativistas que realizava exposições mensais de vídeo, uma associação que ajudou a legitimar minha presença em bairros que poucos turistas internacionais vêem (MAYER, 1998). Apesar de a classe média carioca freqüentemente imaginar a Baixada Fluminense de forma negativa, os moradores que lá encontrei foram muito simpáticos e geralmente me convidavam a freqüentar suas casas e conhecer suas famílias.

Um dos problemas da pesquisa é o fato dela ter sido realizada na periferia do Rio de Janeiro e não em São Paulo, a base da produção do *Aqui Agora*. Apesar do programa cobrir histórias no Brasil inteiro e até mostrar clipes internacionais, a maior parte das notícias tinha origem em São Paulo o que, ao mesmo tempo, distanciava e atraía o público carioca. De um lado, telespectadores pretendiam que o programa lhes ensinasse sobre eventos em São Paulo, mas que não tinham relevância para o Rio de Janeiro. De outro lado, o programa criou um modelo de cidade, permitindo aos moradores definir como eles ou elas gostariam que suas cidades funcionassem. Como explicou Wanderley de Souza, de 22 anos, um quitandeiro em Heliópolis:

A polícia em São Paulo é mais preparada do que em muitos Estados. Eles são simpáticos e altamente preparados... claro, é mais perigoso naquela cidade também.

O sentimento de Wanderley distinguiu sua cidade da de São Paulo, ao mesmo tempo em que reafirmou a centralidade do município, e não da nação, como espaço de construção da cidadania no Brasil moderno (REZENDE DE CARVALHO, 1994-1995). A diferença e a atração por São Paulo, nos termos da identificação dos telespectadores, reforçam uma trajetória histórica que tem coroado São Paulo como a ci-

dade mais moderna do Brasil. A pesquisa então reflete os paradoxos de uma nação que, de um lado, tem sua cidadania localizada no espaço da cidade e, de outro, idolatra uma cidade em particular (São Paulo) como o exemplo da vida moderna no Brasil.

Aqui Agora em conversação

Enquanto pesquisadores se estabeleciam como portadores de um “conhecimento de especialistas” sobre o *Aqui Agora* e seu impacto sobre a sociedade brasileira, telespectadores tinham suas próprias razões para participar nas exposições cotidianas do sensacional. Para ilustrar as maneiras através das quais os telespectadores participavam nos discursos sobre a democracia do programa, focalizo minha análise em um trecho de uma conversa entre dois telespectadores: Gilse de Moraes e Edson da Silva Machado. Ambos moravam na Baixada Fluminense. Gilse tinha 50 anos e vendia sorvete na porta de casa. Edson, de 29 anos, que estava à toa em casa, a princípio se interessa pela minha presença na casa e resolve entrar na conversa.

Pesquisadores em democracia têm debatido se a conversação é ou não um pré-requisito da boa cidadania, já que ela pode levar a um consenso sobre assuntos públicos (SCHROLL, 1999; SCHUDSON, 1997). Neste caso particular, a conversação de Gilse e Edson centrou-se de forma específica nas mensagens que o *Aqui Agora* apresentava sobre a realidade brasileira. Portanto, esta conversação ilustra o modo como o programa ressaltou aspectos da democracia brasileira para telespectadores, mesmo que eles não chegassem a um acordo ao final.

Gilse, desde o momento em que comecei a fazer as perguntas, demonstrou ser uma grande fã do *Aqui Agora*. Ela assistia ao programa todos os dias e conhecia os nomes de todos os repórteres. Seu preferido era Gil Gomes, um repórter policial que dramatizava suas histórias através da modulação da sua voz e da redução das personagens a arquétipos maniqueístas.

VM: Por que você o prefere?

G: Ahhh, porque... aquele jeito que ele tem de falar. [rindo] Eu gosto muito dele. Eu admiro muito ele por causa do jeito que ele é.

VM: Por que você admira ele?

G: A maneira que ele fala. Ele se comunica tão bem, dessa maneira. Ele mostra, você sabe, coisas. [...] Ele ensina muito.

VM: Para onde vão os criminosos?

G: Não... é que as pessoas têm que estar sempre mais ligadas. Ele ensina que as pessoas têm que prestar atenção às coisas: crimes, que está por aí, essas coisas. Então, as pessoas ficam mais ligadas.

Na sua representação de Gil Gomes e do *Aqui Agora*, Gilse interpreta os aspectos dramáticos do programa como servindo a uma função pedagógica na sociedade brasileira. Gilse me conta que ela foi assaltada 14 vezes, apesar de sua casa estar situada em uma rua movimentada. Enquanto seus vizinhos não podem falar sobre estes crimes por medo, Gil Gomes não somente fala abertamente, como também incentiva as pessoas a fazerem o mesmo. Estar atenta é importante para Gilse, não porque incita paranóia ou medo, mas porque permite às pessoas a falarem de uma forma que alerte os vizinhos sobre possíveis perigos.

Gilse foi atraída por Gil Gomes pessoalmente e profissionalmente. Apesar de Gilse não conhecer o repórter antes de assistir ao programa *Aqui Agora*, suas respostas apóiam um estudo do público de seus ouvintes no rádio realizado entre 1973 e 1987. Folheando as 2.500 cartas escritas a Gil Gomes, Costa (1992) constatou que o público considerava o repórter carismático, um amigo especial - um amigo que funcionava como mediador entre a realidade e um conhecimento especializado do real. Como jornalista, Gil Gomes assumia poderes extraordinários como detetive e professor. Como amigo, ele ajudava seu público com discursos moralistas que podia aplicar as suas próprias vidas. A reciprocidade da relação, neste caso, precisava da identificação do público de Gil Gomes como alguém cuja sabedoria poderia protegê-los na ausência de formas institucionais de segurança pública (COSTA, 1992, p. 64). Ao ensinar-lhe como "ficar ligada", Gilse, como outros entrevistados com quem conversei, reconhecia nos vários papéis desempenhados por Gil Gomes uma função protetora, mesmo que ele nunca mencionasse seu bairro em particular.

Nesse ponto a entrevista virou uma conversa entre três pessoas. Gilse explicou que ela estava mais cautelosa e que o bairro havia melhorado em termos de crime. Edson, entretanto, discordou e interrom-

peu a entrevista. Ele estava escutando quieto até o momento em que Gilse afirmou que a violência existia em todas as partes do Brasil, mas que estava diminuindo em nível local. “Não, está piorando”, Edson contestou. “E o *Aqui Agora* só faz reportagens de crimes violentos”. Voltando ao assunto *Aqui Agora*, Edson afirmou que o valor do programa era mais limitado do que Gilse pensava.

E: As notícias falam de muitas coisas, não só sobre crime. E o *Aqui Agora* só fala de crime, entendeu? Ele enfatiza coisas mais brutais. E as notícias não. Têm notícias esportivas, políticas...

G: Lazer...

E: Exatamente. Muitas notícias. Mas no *Aqui Agora* não. Ele enfoca mais os crimes violentos.

VM: Então é menos verdadeiro?

E: Os dois são verdadeiros.

G: Sim, os dois são.

E: O negócio é o seguinte, o *Aqui Agora* vai principalmente ao coração do assunto. Segue a história. As notícias não; eles falam depois que as coisas acontecem, entendeu? [VM: Uhun]. Mas o *Aqui Agora* não. Eles acompanham a história. Eles vão juntos. Não sempre, claro, mas eles tentam seguir as coisas enquanto elas estão acontecendo.

VM: Então é mais verdadeiro?

E: Se eles tivessem que mentir, eles teriam que editar as histórias, né? Eles iam editar. Não tem outro jeito.

G: Eu acho que eles dizem a verdade.

De um lado, Edson critica o preconceito de um programa de “notícias” que só enfoca o crime. De outro lado, o modelo como o *Aqui Agora* trata a criminalidade oferece uma interessante justaposição com as notícias nacionais. Adotando a definição tradicional da notícia como “novidade”, Edson reconhece a capacidade do *Aqui Agora* de cobrir as notícias enquanto elas acontecem, com pouca ou nenhuma edição. Entrevistados freqüentemente citaram a ausência de edição do *Aqui Agora* como um aspecto positivo, pois permitia aos telespectadores acompanhar as notícias durante o seu desenrolar. A semelhança se transforma em fundamento da “verdade”, apesar da verdade, nesse caso, ser muito diferente para Gilse e para Edson.

Acesso à boa notícia sempre foi um dos fundamentos de uma sociedade civil saudável, mas para os telespectadores do *Aqui Agora* os mei-

os de acesso eram tão importantes quanto a informação. Para muitos entrevistados, a informação tinha que ser visível e visual. Visibilidade é um dos pré-requisitos para a autenticidade das notícias de realidade. De fato, a associação de imagens a um mundo social legítimo cria um sentido de autenticidade (NICHOLS, 1991).

No Jardim dos Palmares, Lúcia Albuquerque de Oliveira, de 37 anos, afirma gostar mais das reportagens de crime do *Aqui Agora* porque as pessoas vêem.

Eles vêem onde os bandidos se escondem. Onde os bancos são assaltados. A maioria das coisas que acontecem são mostradas pelo *Aqui Agora* porque quando as pessoas vêem [o crime], elas ficam pensando.

Pensar, segundo Lúcia, era o pré-requisito para sabedoria, não só do crime, mas de como funciona a realidade. Ela continua:

O *Aqui Agora* mostra tudo ao vivo, tudo que é dito, tudo que acontece. Disso você pode ter certeza, que eles pelo menos vão falar das coisas quando elas acontecem. É que você está mais presente... e está aprendendo.

Neste tipo de discurso, os entrevistados estavam certos de que a presença da câmera e do repórter poderiam garantir acesso autêntico à realidade que enquadra a notícia.

Ao delinear a “verdade”, *Aqui Agora* se destacava em relação a outros noticiários nacionais com suas câmeras abertas e técnicas de edição. Lúcia, uma dona de casa com duas crianças, preferia o formato longo do *Aqui Agora* para conectar-se ao mundo fora do espaço local e doméstico em que ela vivia. Desta forma, ela percebia que o acesso supostamente mais aberto às notícias era tão importante quanto as próprias notícias. Em contraste, o *Jornal Nacional* “corre”, disse Alderene Alves da Cunha, de 40 anos, reclamando que os segmentos eram pequenos demais para prestar atenção.

Estes comentários refletem tanto o senso comum como a perspectiva crítica. De um lado, eles, como todos os pesquisadores de mídia, sabem que a edição e o enquadramento da câmera são duas maneiras principais de transformar evidências visuais em um argumento que naturaliza as interpretações das imagens (CORNER, 1995). Neste senti-

do, mesmo os erros do *Aqui Agora* e as técnicas rudimentares de câmera pareciam garantir a falta de controle editorial sobre as imagens (KILBORN, 1994, p. 424). Por outro lado, os entrevistados preferiram a direção de câmera e a edição do *Aqui Agora* porque os dilemas da vida real precisavam de tempo para se desenvolver. “Pode demorar dias, semanas, depois de um crime acontecer, mas umas semanas depois o criminoso é pego e preso. Aqui demora mais, mas a lei funciona”, explicou Wanderley. Na apresentação da rotina cotidiana do trabalho policial, o *Aqui Agora* apoiava a necessidade dos brasileiros serem pacientes e esperarem a justiça acontecer.

Para Edson, o *Aqui Agora* mostrou que no Brasil “de verdade” a lei era arbitrária e preconceituosa em relação à classe trabalhadora. Neste caso, o fato do *Aqui Agora* mostrar quase sempre pessoas pobres ilustra as maneiras em que os pobres são perseguidos pelo Estado.

E: Porque a lei geralmente só afeta os pobres, certo? Porque aqueles que têm condições são fora da lei. A lei só afeta os pobres, entendeu? [VM: Sim.]. Quem não tem condições, a lei está ali para pegar. Agora, quem tem condições, a lei cobre eles.

VM: Mas todos os criminosos no programa são pobres. Você acha que eles são inocentes?

E: Podem ser. O que eles mostram é quem não tem condições para ser inocente. Porque, para alguns, eles cometeram um crime, um crime local, e não tem jeito de ter as condições para ser inocente. Vira tudo culpa deles. Não podem se esconder.

Interessantemente, uma das críticas acadêmicas do programas de realidade – que persegue e estereotipa os pobres como criminosos – é considerada por Edson como um problema do governo, não do *Aqui Agora*. Longe de manipular a verdade, o *Aqui Agora* mostra os sentimentos verdadeiros de um estado no qual a maioria dos seus cidadãos pode ser condenada aos olhos da lei. Enquanto acadêmicos da classe média lamentam que o *Aqui Agora* associa a pobreza com a criminalidade em uma democracia, o comentário de Edson ilustra a continuidade entre os regimes políticos autoritário e democrático no sentido em que o pobre sempre esteve sujeito à violência do Estado. Para Edson, o *Aqui e Agora* simplesmente refletia as próprias desigualdades sociais do Brasil.

O argumento de Edson gera questões semelhantes àquelas abordadas por Rondelli, que afirma que o *Aqui Agora* tece duas identidades: nós e eles. O “nós”, ela escreve, é o público invisível no programa, enquanto os visíveis “eles” são: “pobres não-cidadãos não têm direito à cidadania e aos seus correlatos: privacidade e resguardo da intimidade” (RONDELLI, 1994-1995, p. 103-104). A rixa entre o “nós” e o “eles” justifica formas institucionalizadas de violência contra os pobres e a classe trabalhadora que poderiam ser representados como o não-cidadão, “eles” (RONDELLI, 1994-1995, p. 105). A autora trata essa rixa como um resultado histórico de *apartheid* social no Brasil, um regime informal e opressor que Edson e outros entrevistados percebiam claramente como afro-brasileiros que não tinham privilégios de classe.

Como Cláudio da Silva, de 18 anos, notou, os cidadãos são vítimas do crime e do Estado. “*Aqui Agora* tem que mostrar a violência por que a gente mora num lugar onde estamos ferrados”, disse ele. “Às vezes, a polícia vem procurando por algum cara que tem uma seringa. Eles vão ficar aqui 24 horas batendo nas pessoas para procurar um outro cara”. No *apartheid* social do Brasil, os mecanismos formais do Estado poderiam falar de igualdade, mas o valor prático da cidadania está relacionado com o status social – um vestígio cultural incorporado por uma afirmação muito comum: “Você sabe com quem está falando?” (DA MATTA, 1987). Talvez por esta razão, os entrevistados simpatizavam com as vítimas ou com os maltratados, “eles”, que Rondelli despreza como “outros”.

Ao mesmo tempo, a análise de Rondelli ignora como a variável gênero configura estes argumentos políticos. Pesquisadoras feministas têm notado que, durante o período de transição, as mulheres brasileiras expressavam uma consciência política diferente, freqüentemente ao redor de assuntos locais ou “privados” (ALVAREZ, 1990). Comparando os comentários de Edson e de Gilse com os dos demais entrevistados, existiam diferenças específicas entre as posições de homens e de mulheres sobre o programa. Enquanto os homens citaram o *Aqui Agora* como fonte de informação para os brasileiros, as mulheres tendiam a citar a importância de sentir a informação transmitida pelo programa. Florensa Rodrigues de Oliveira, uma costureira de 51 anos, valorizava os aspectos emocionais na obtenção das notícias.

Eu gosto de assistir porque eles sempre têm alguma coisa engraçada. Mas às vezes eles também têm coisas que me fazem chorar... Eu fico triste, angustiada, com raiva. Mas essas são as coisas que acontecem no mundo, né?

A ênfase no que acontece no mundo lembra uma das funções clássicas do melodrama, a de criar excesso emocional para ilustrar uma crise social (Nowell-Smith, 1977). Ao fazer com que as notícias desempenhassem uma função melodramática, as telespectadoras podiam mais facilmente reconhecê-las como uma crise social e reagir de maneira apropriada. Longe de só oferecer os fatos, *Aqui Agora* oferecia uma maneira privada de relacionamento com eventos públicos.

Na análise de Edson, os ricos no Brasil não eram punidos pela lei, nem perseguidos como o povo. Gilse não discordou da sua posição, mas notou que o *Aqui Agora* não era igual ao Estado porque o programa cobria o crime de colarinho branco de vez em quando. Aqui Gilse respeitosamente discorda da condenação que Edson fez ao programa.

G: Mas o *Aqui Agora* mostra os ricos também.

E: Eu nunca vi.

G: Mas ele mostra.

E: Eles mostraram isso?

G: Claro!

E: Eu lembro que eles foram na casa daquele fazendeiro que estava envolvido com [um político corrupto]. Mas o cara nunca apareceu. A empregada do fazendeiro apareceu, mas ele não. Só a empregada, sacou? Isto é como dizer que ele é o fulano, mas um fulano que ninguém vê. Só a empregada tinha que agüentar [a provação].

G: Mas então veio o amigo do presidente [PC Farias]. Eles mostraram ele.

E: Ah, mas isto era conhecido pelo mundo inteiro.

O debate sobre o que o *Aqui Agora* mostrou e não mostrou continuou durante o restante de nossa conversa, pontuando a importância de mostrar um retrato mimético da sociedade brasileira. Outros entrevistados também criticaram o que eles viam como deficiências da cobertura do *Aqui Agora*, como o uso de policiais como paramilitares ou a repressão dos bailes e festas funk/rap nos bairros. Mas ao invés de atacar o *Aqui Agora* a partir destas críticas, os entrevistados culpavam o

Estado pela distribuição desigual de tudo, desde bens até justiça. Como Sebastião da Rocha Borges, de 17 anos, resumiu de forma detalhada:

O *Aqui Agora* é a coisa boa que o SBT tem feito. Eu acho que é um excelente programa para a sociedade porque os brasileiros têm tão pouco. Existem tão poucas opções, ainda menos para as classes pobres... O *Aqui Agora* mostra tudo: os ricos, os pobres e os direitos que cada um tem em graus diferentes aqui.

Apesar de Gilse e Edson discordarem sobre o papel do *Aqui Agora* na revelação das injustiças da sociedade brasileira, aparentemente eles concordam com sua própria falta de poder enquanto cidadãos. Durante toda a conversa, a percepção dos entrevistados de que ricos e pobres seriam tratados diferentemente refletia o reconhecimento de que mesmo se o *Aqui Agora* pudesse mostrar as injustiças, eles mesmos não podiam fazer nada para provocar uma mudança social.

Seus sentimentos de fatalidade podem ser lidos de duas maneiras distintas. De um lado, seus comentários revelam o fatalismo endêmico de brasileiros cujas experiências políticas com o autoritarismo deixou-os sem poder (WEFFORT, 1989). Do outro lado, porém, seus comentários abrem a porta para imaginar um futuro diferente. Rezende de Carvalho (1994-1995), por exemplo, faz a distinção entre um sentido democrático de “justiça distributiva” e um sentido autoritário de “justiça retaliadora” que tem permeado o Brasil desde meados do século XIX. Embora os programas de realidade em geral sejam associados com o segundo sentido, os comentários dos entrevistados pelo menos reconhecem a necessidade de um sentido mais distributivo do conceito de justiça, onde todos são iguais perante a lei. Embora uma justiça distributiva que trata brasileiros ricos e pobres de maneira igual não exista na realidade, ela deixa um desejo a ser satisfeito.

Metodologicamente, a conversa também revelou uma discordância franca, relacionada a diferenças de gênero, sobre o papel do *Aqui Agora* em relação ao Estado. Apesar dos moradores da Baixada Fluminense serem muito perspicazes na maneira como se apresentavam, é interessante que em uma conversa entre três pessoas, eu eventualmente tenha me sentido censurada por falar como Gilse e Edson utilizam o programa para discutir suas perspectivas políticas. Apesar dos entrevistados estarem sempre conscientes da minha presença, a questão do retrato

mimético ou de simulação da realidade apresentado pelo *Aqui Agora* tornou-se mais relevante do que a eventual intenção de dizer algo para me agradar – uma postura freqüente nas entrevistas em que o entrevistado vem de uma posição social mais baixa do que a do pesquisador. Ao mesmo tempo, as diferenças de gênero entre os estilos de comunicação de Gilse e Edson eram claras nos momentos em que Gilse hesitou em discordar da opinião forte de Edson sobre o programa. Apesar do fato de que ela claramente assistia ao programa mais frequentemente do que ele, ela fazia questão de não desacreditar a opinião dele. Talvez esta hesitação tenha sido influenciada pela relação entre os dois, freguês e vendedora. Mesmo assim, a dinâmica de gênero na discussão correspondia a análise feminista de que as mulheres são menos vocais na esfera pública. Talvez Gilse soubesse mais sobre a relação complexa do *Aqui Agora* com um Estado injusto, mas a voz de Edson foi mais forte e alta no debate.

Enquanto outros programas podiam estimular uma conversa entre fãs, o *Aqui Agora* estimulou debates entre pessoas de lados muito diferentes do espectro político. No mínimo, o programa se tornou um fórum para brasileiros falarem sobre ideais políticos abstratos de uma maneira muito concreta, mas segura. Isto foi exemplificado várias vezes quando os entrevistados comentavam as representações da polícia no *Aqui Agora*, mas se recusavam a falar da polícia dentro dos seus próprios bairros. Quando solicitei a eles para comparar as instituições políticas do programa com as do seu bairro, os entrevistados freqüentemente olhavam para o chão ou para o ar e diziam, “não sei nada sobre esse assunto”, ou, “não posso falar sobre isso”.

Apesar de toda a retórica de uma abertura democrática brasileira, as pessoas com quem conversei estavam ainda temerosas para falar das instituições políticas que afetavam suas vidas mais diretamente. Talvez o *Aqui Agora* não agradasse a todos os telespectadores igualmente na Baixada Fluminense, mas o programa ofereceu uma oportunidade para falar e sonhar sobre alguns assuntos em público, que de outra maneira talvez não tivessem se expressado.

Uma diferente “pedagogia do oprimido”: concluindo o debate

Durante o regime militar, o pedagogo Paulo Freire desenvolveu reflexões teóricas que afirmavam que as pessoas da classe trabalhadora poderiam se tornar “leitoras” alfabetizadas da sua opressão política se elas de fato aprendessem a ler utilizando materiais relacionados com suas experiências. Ironicamente, no período pós-autoritário, foi um programa de televisão de “realidade” que estimulou uma outra “pedagogia do oprimido”, referenciando o título da obra seminal de Freire (1974) em um contexto bem diferente. Os telespectadores do *Aqui Agora* afirmaram que aprendiam com as notícias do programa tanto quanto, se não mais, do que com qualquer jornal ou noticiário de televisão tradicionais.

Através do seu consumo, eles levantaram assuntos políticos, questionando seu próprio status em relação a outros cidadãos em um Estado democrático. Em meio ao desprezo geral pelo programa e do gênero realidade como um todo, estas discussões eram mais do que provas dos limites das críticas acadêmicas do programa. Elas revelaram o poder dos discursos especializados de enquadrar os membros da classe trabalhadora como marginalizados, desrespeitando suas diferenças em termos de gênero, raça e classe social. Talvez se nós, como pesquisadores, escutássemos mais atentamente as vozes dos telespectadores, poderíamos perceber as sementes para uma política alternativa voltada para aqueles que pesquisamos e que são por nós escolhidos por causa das suas preferências em termos de programas de televisão.

Notas

1. Ver, por exemplo, Novais (1991), sobre a atenção que acadêmicos deram ao *Jornal Nacional* e à cobertura noticiosa durante a eleição presidencial de 1989, e Rondelli (1994), sobre a eleição presidencial de 1994.
2. Esta comparação também foi repetida por outro repórter em Lopez Prieto (1992, p. 114).
3. Este candidato foi finalmente eleito Presidente em 2002.

Referências

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ARGOLO, J. A.. Sobre a crônica policial no Rio (1968-1993). *Eco*, n. 1, v. 1, p. 55-68, 1994.

BENTES, I. Aqui Agora: O cinema do submundo ou o tele-show da realidade. *Revista Imagens/Violência*, n. 1, v. 2, p. 44-49, 1992.

BUCCI, E. 'Aqui Agora' informa com mau gosto, *Folha de S. Paulo*. p. 1, 26 maio 1991.

CALDWELL, J. *Televisuality: style, crisis, and authority in American television*. New Jersey: Rutgers UP, 1995.

CAVENDER, G.; BOND-MAUPIN, L. Fear and loathing on reality television: an analysis of 'America's Most Wanted' and 'Unsolved Mysteries'. *Sociological Inquiry*, n. 63, v. 3, p. 305-317, 1993.

CORNER, J. *Television form and public address*. London: Edward Arnold, 1995.

COSTA, M. T. P. *O programa Gil Gomes: a justiça em ondas médias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

COUTINHO, A. 'Aqui Agora' e literatura de cordel (Manuscrito não publicado). Rio de Janeiro, 1995.

DA MATTA, R. The quest for citizenship in a relational universe. In: WIRTH, J.D.; OLIVERA NUNES, E.; BOGENSCHILD, T.A.E. (Eds.). *State and society in Brazil*. Boulder: Westview, 1987, p. 307-335.

DALLARI, M. Aqui, agora e para sempre. *Jornal do Brasil*, p. 6, Rio de Janeiro, 5 nov. 1994.

EPSTEIN, J. News agressivo: 'Aqui Agora' and South America's passionate, controversial new journalism. *Columbia Journalism Review*, n. 6, nov.-dez. 1993.

FAUSTO, B. *A concise history of Brazil*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1999.

FOLHA DE S. PAULO. Maguila estréia em telejornal do SBT. 20 maio 1991.

_____. Wagner Montes é deputado no Rio. p. 1-2, 27 dez. 1992.

_____. "Actuel" descobre Aqui Agora. p. 6, 4 abr. 1993.

FREIRE, P. *Pedagogy of the oppressed*. New York: Seabury, 1974.

GRANT, J. Prime time crime: television portrayals of law enforcement. *Journal of American Culture*, n. 15, v. 1, p. 57-68, 1992.

HOLSTON, J.; CALDEIRA, T. (1998). Democracy, law, and violence: disjunctions of Brazilian citizenship. In: AGÜERO, F.; STARK, J. (Eds.). *Fault lines of democracy in post-transition Latin America*. Miami: North-South Center, 1998, p. 263-298.

JORNAL DO BRASIL. Salada de TVs, 17 maio 1991.

KELLER, T. Trash TV. *Journal of Popular Culture*, n. 26, v. 4, p. 195-204, 1993.

KILBORN, R. 'How real can you get?': Recent developments in 'reality' television. *European Journal of Communication*, n. 9, p. 421-439, 1994.

LAMOUNIER, B. *De Giesel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

LOPES, M.I.V. *O rádio dos pobres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*. São Paulo: Loyola, 1991.

LOPEZ PRIETO, I. *Entre tapas e beijos: o Aqui Agora desperta paixões*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 1992.

LUYTEN, J. *A notícia na literatura de cordel*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MAYER, V. For the people and by the people: TV Maxambomba's regeneration of popular cinema. *Studies in Latin American Popular Culture*, n. 17, p. 223-232, 1998.

NICHOLS, B. *Representing reality: issues and concepts in documentary*. Bloomington: Indiana UP, 1991.

NOVAIS, A. (Ed.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Schwarcz, 1991.

NOWELL-SMITH, G. Minnelli and melodrama. *Screen*, n. 18, v. 2, p. 113-118, 1977.

NUNES, E. *O Aqui Agora no SBT*. Entrevista concedida a MAYER, V., Rio de Janeiro, 1995.

O'DONNELL, G. Delegative democracy. *Journal of Democracy*, n. 5, p. 55-69, 1994.

PORTÃO, R. G. *Criminologia da comunicação*. São Paulo: Traço, 1980.

RAMOS, R. Aqui, agora: poder e mito. *Revista FAMECOS*, n. 9, p. 111-117, dez. 1998.

REZENDE DE CARVALHO, M. A. Violência no rio: contextos semânticos e institucionais dos discursos sobre o mal. *Comunicação & Política*, n. 1, v. 2, p. 259-268, 1994-1995.

RODRIGUES, A.. O programa mais 'cult' da elite. *Jornal do Brasil*, p. 18-19, Rio de Janeiro, 27 mar. 1993.

RONDELLI, E. Media, representações da violência, de criminalidade e ações políticas. *Comunicação & Política*, n. 1, v. 2, p. 97-108, 1994-1995.

RONDELLI, E. (Ed). *Comunicação & Política*, n. 1, v. 1, 1994.

SÁ, N. O bebê e o diabo. *Folha de S. Paulo*, p. 10, 2 jun. 1993.

SBT. Memo 1.348. São Paulo, s.d.

SCHROLL, C. The place of conversation in the omnilogue of democracy: A reply to Schudson. *Critical Studies in Mass Communication*, n. 16, v. 1, p. 99-107, 1999.

SCHUDSON, M. Why conversation is NOT the soul of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, n. 14, v. 4, p. 297-310, 1997.

SINCLAIR, J. *Latin American television: a global view*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STEPAN, A. (Ed.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. London: Oxford University Press, 1989.

WEFFORT, F. Why democracy? In: STEPAN, A. (Ed.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. London: Oxford University Press, 1989, p. 327-350.

WILLIAMS, A. Domesticity and the aetiology of crime in 'America's Most Wanted'. *Camera Obscura*, n. 31, v. 1, p. 97-118, 1993.